

M Manchete JUDICIÁRIO

www.revistamanchete.com.br

Humberto Martins

Duas décadas
de dedicação e
liderança no STJ

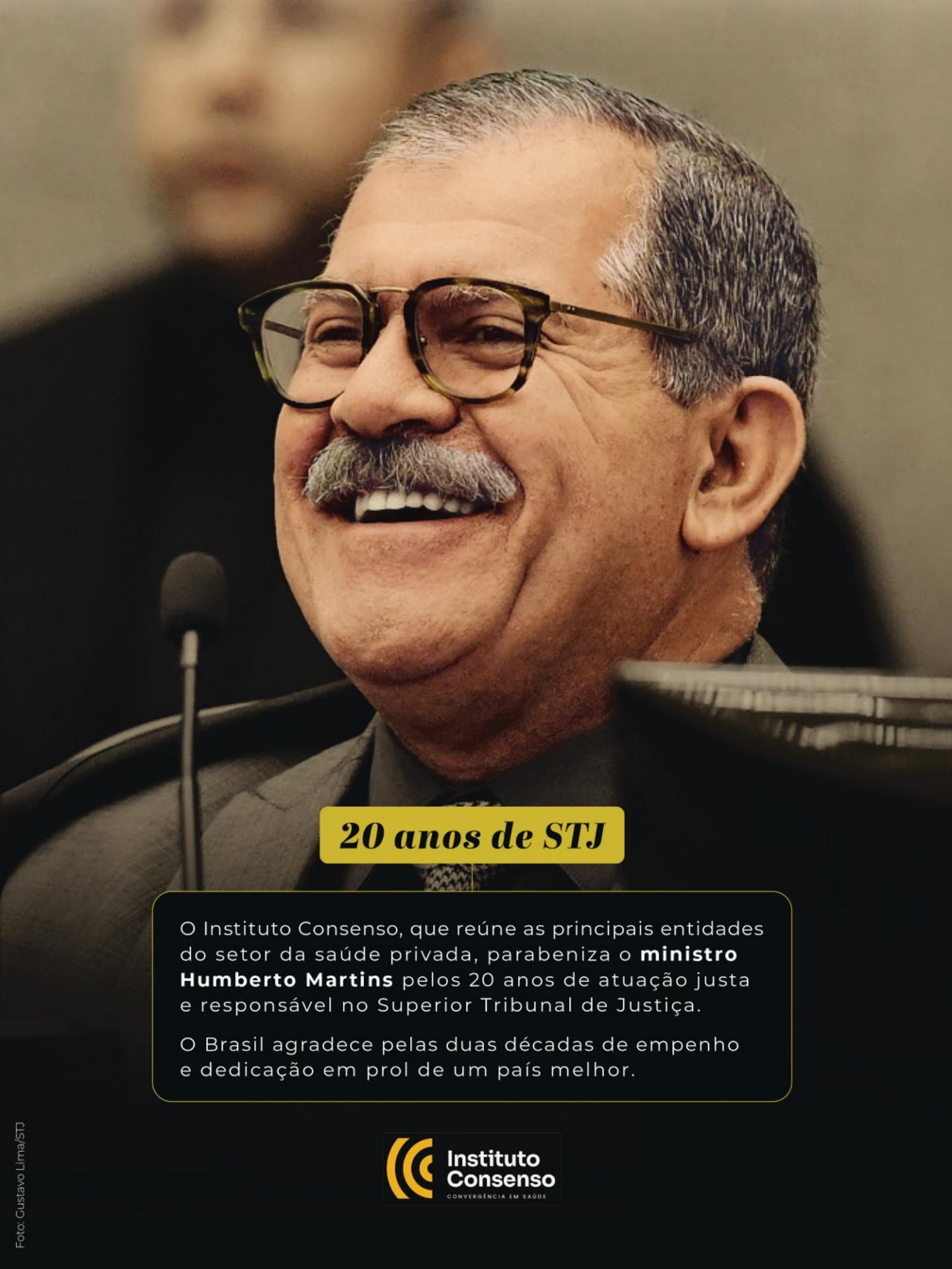
ESPECIAL PORTUGAL

Cobertura completa
dos eventos em
Lisboa e Coimbra

ALÉM DA TOGA

Pelas lentes de
Sebá, com o ministro
Sebastião Reis





20 anos de STJ

O Instituto Consenso, que reúne as principais entidades do setor da saúde privada, parabeniza o **ministro Humberto Martins** pelos 20 anos de atuação justa e responsável no Superior Tribunal de Justiça.

O Brasil agradece pelas duas décadas de empenho e dedicação em prol de um país melhor.



COMPROMISSO COM A JUSTIÇA E A INFORMAÇÃO

A consolidação de um projeto editorial é resultado da confiança conquistada, da qualidade do conteúdo produzido e do compromisso permanente com a informação. É com esse espírito que apresentamos a segunda edição da Revista Manchete Judiciário, reafirmando nosso propósito de registrar, analisar e valorizar os acontecimentos, os personagens e as ideias que contribuem para o fortalecimento da Justiça brasileira.

Nesta edição, temos a honra de destacar, em nossa capa, o ministro Humberto Martins, que celebra duas décadas de atuação no Superior Tribunal de Justiça. Sua trajetória, marcada pela dedicação à magistratura, ao fortalecimento das instituições e ao diálogo permanente com a sociedade, é retratada em uma entrevista especial que presta homenagem à sua relevante contribuição ao Poder Judiciário.

Também ampliamos nossas fronteiras editoriais com a cobertura de dois dos mais importantes encontros jurídicos internacionais realizados em Portugal: o Fórum de Lisboa e o Seminário de Verão de Coimbra. Para falar sobre o Fórum de Lisboa, tivemos o privilégio de entrevistar, com exclusividade, o ministro Gilmar Mendes, idealizador do evento, que compartilha a história, os objetivos e a evolução de um dos mais respeitados espaços de reflexão sobre Direito, democracia e governança. Em nossa cobertura em Lisboa, ouvimos ministros, magistrados, juristas e autoridades brasileiras e estrangeiras, registrando debates que influenciam diretamente o presente e o futuro das instituições.

Em Coimbra, acompanhamos a 31ª edição do Seminário de Verão, promovido pelo Ipeja. Em entrevista exclusiva, o professor Rubens Lopes da Cruz, idealizador e presidente da instituição, relembra a trajetória de um evento que, há mais de três décadas, promove o intercâmbio de conhecimento entre Brasil e Portugal. Nossa equipe também entrevistou ministros dos tribunais superiores e acompanhou os principais painéis realizados durante os dois dias do seminário.

A Manchete Judiciário continua investindo em conteúdos que aproximam o leitor daqueles que fazem a Justiça brasileira. Na coluna Além da Toga, revelamos um lado pouco conhecido do ministro Sebastião Reis Júnior, que celebra 15 anos no STJ e encontrou na fotografia uma forma de expressão artística. Em uma entrevista especial, realizada em seu gabinete, ele fala sobre seu hobby, a inspiração para o livro Fotos e Votos e a maneira como as lentes também podem revelar diferentes perspectivas da vida.

Nesta edição, a coluna Nova Etapa propõe uma reflexão sobre os novos caminhos percorridos por magistrados após o encerramento de suas carreiras na ativa, enquanto Aconteceu no Judiciário reúne os principais fatos, eventos e acontecimentos que marcaram o universo jurídico nos últimos meses.

A cada edição, renovamos nosso compromisso de produzir um conteúdo sério, plural e de alta qualidade editorial, registrando a história do Judiciário brasileiro e valorizando aqueles que, diariamente, contribuem para a construção da Justiça. Agradecemos aos nossos leitores, parceiros e entrevistados pela confiança e desejamos uma excelente leitura.

Sergio Maciel (@serg.maciel),
Vice-presidente da Revista Manchete
Publisher da Revista Manchete Judiciário



Revista
MANCHETE
JUDICIÁRIO

Presidente:
Marcos Salles

Vice-presidente
e Publisher:
Sergio Maciel

Consultores jurídicos:
Diego Monteiro,
Juliano Marques,
Julio Matuch e
Rodrigo Kaysserlian

Editora-chefe
multiplataforma:
Mariana Leão

Editora da revista:
Ana Prôa

Produtora:
Nathalia Gomes

Repórteres:
Alexandre Teves e
Juliana Kelling

Textos: Colaborou
Renata Medeiros

Revisão:
Cida Farias

Projeto gráfico e arte:
Sidney Ferreira
e **Reinaldo Pires**

Cinegrafia:
João Paulo Figueredo,
JK Produções
e **Malu Mello** (Portugal)

Edição de vídeo:
Danilton Portela
e **Mario Garritano**

Agência digital:
Z9 Marketing 360°

Impressão:
Zit Gráfica



Foto de capa:
Danilton Portela



@revistamanchete.judiciario



Sergio Maciel
entrevistou
o ministro no
gabinete dele,
no STJ

Humberto Martins

20 ANOS DE DEDICAÇÃO E AMOR AO STJ

Fotos: Danilton Portela

EM SUAS DUAS DÉCADAS DE ATUAÇÃO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ESTE ALAGOANO REPLETO DE FÉ OCUPOU ALGUNS DOS PRINCIPAIS CARGOS DA MAGISTRATURA BRASILEIRA E PARTICIPOU DE IMPORTANTES TRANSFORMAÇÕES DO JUDICIÁRIO. NESTA CONVERSA, O MINISTRO REVISITA SUA TRAJETÓRIA, REFLETE SOBRE OS DESAFIOS DA CORTE E REAFIRMA OS VALORES QUE NORTEARAM SUA CARREIRA: HUMILDADE, DIÁLOGO, EQUILÍBRIO E COMPROMISSO COM A CIDADANIA.

Fazendo uma retomada da sua trajetória como ministro, qual é a imagem que lhe vem à cabeça sobre o dia em que o senhor chegou ao STJ?

Eu tive um misto de alegria e de responsabilidade. Alegria por representar o estado de Alagoas em Brasília, no maior tribunal federal, e, ao mesmo tempo, conviver com os mais notáveis magistrados brasileiros na

Corte, com juristas reconhecidos nacionalmente. Mas, sobretudo, a responsabilidade de defender, de julgar e de distribuir no maior tribunal da cidadania do país.

O senhor não só representa muito bem o seu estado, mas toda a região Nordeste, não é mesmo?

O Nordeste dá exemplo de trabalho, de capacidade e, ao mesmo tempo, de pessoas que vivem e o representam como uma região que também traz grande desenvolvimento para o Brasil. No Nordeste, há vários nomes que fazem muito bem isso. Por exemplo, temos um dos maiores juristas do mundo, o alagoano Ponte de Miranda, e Hermeto Pascoal foi considerado um dos maiores músicos deste país. Temos também Aurelio Buarque de Holanda, Teotônio Vilela e tantos outros nomes que honram o estado de Alagoas. O nordestino, em outras regiões, dá exemplo de trabalho e de competência. É aquele que busca um Brasil de todos para todos, com igualdade, fraternidade, crescimento e desenvolvimento social.



Foto: Danilton Portela

“TODOS OS DIAS, SEMPRE PEÇO A DEUS HUMILDADE E SABEDORIA PARA DISTRIBUIR JUSTIÇA, DANDO A CADA UM O QUE LHE É DEVIDO.”

“É NAS DIFICULDADES QUE CRESCEMOS, QUE TEMOS SEMPRE ALGO A FAZER DE BOM EM FAVOR DAS PESSOAS. SÓ O AMOR CONSTRÓI EM PROL DO TRABALHO QUE EXERCEMOS.”

O que o Humberto atual faria para aquele Humberto de 20 anos atrás, quando chegou ao STJ?

Que ele nunca esquecesse os ensinamentos que aprendeu, quando pequeno, com sua mãe, que era pedagoga, e com seu pai José Martins, que fez carreira do Ministério Público por mais de 47 anos. Eles diziam: “Meu filho, nunca esqueça das três condições para vencer em qualquer atividade da vida, que são sempre ter humildade, prudência e sabedoria para reconhecer todas as pessoas que muitas vezes não têm o conhecimento dos livros, mas têm os da vida”. E eu levei o que aprendi na infância para a minha carreira. Todos os dias, sempre peço a Deus humildade e sabedoria para distribuir justiça, dando a cada um o que lhe é devido.

Não tive o privilégio de conhecer o doutor José Martins, mas vejo que, nos eventos jurídicos, o senhor sempre está cercado de sua família...

Exatamente! A família é a base, é a construção primeira de uma sociedade. E tenho a minha esposa Rita como meu porto seguro, o meu amparo na minha condição de vida, e meus dois filhos, Eduardo Felipe e Laís Camila, que também são da área jurídica. Agradeço todos os dias a Deus pela família que tenho, pelos meus amigos e pelas oportunidades que Ele me ofereceu. Por isso, não tenho nada a murmurar, só a agradecer.

O ápice da sua carreira no STJ foi em 2020, quando o senhor ocupou a presidência em plena pandemia. Como foi atuar nesse biênio de 2020 a 2022, período tão conturbado para o mundo?

Fazendo uma retrospectiva, quando cheguei no

STJ, aprendi e aprendo a cada dia com os ministros da casa, iluminando as minhas decisões. E o tempo faz com que você vá exercendo outros cargos, firmando amizades dentro do tribunal e ganhando respeitabilidade por aquilo que é e transmite pelas suas ações. Nesse período da presidência, pegamos o grande foco que marcou a humanidade, que foi a covid. Mas trabalhamos com muita determinação, com muita efetividade, e sobretudo com muito amor, porque o fruto do crescimento é o amor e o fruto da justiça é a paz. Atuamos com humildade, com reverência, mas ao mesmo tempo com coragem e responsabilidade, comparecendo a esta casa, pedindo a proteção divina. Durante os dois anos, procuramos dar efetividade ao Tribunal da Cidadania, ouvindo os ministros e trabalhando lado a lado com os servidores e com todos, na busca de uma justiça cada vez mais acreditada e uma cidadania cada vez mais respeitada. Esse foi o nosso lema, de mãos dadas, porque, na verdade, somos apenas instrumentos da jurisdição em favor da distribuição do direito de



“CONTINUO COMO SERVIDOR PÚBLICO, SERVINDO À CIDADANIA, AO PÚBLICO E AO JURISDICIONADO. SOU APENAS UM INSTRUMENTO DO PODER; O PROPRIETÁRIO DO PODER É O CIDADÃO.”

dar a cada um o que lhe é devido. Por isso, agradeço a Deus por ter exercido a presidência. É nas dificuldades que crescemos, que acreditamos que temos sempre algo a fazer de bom em favor das pessoas. Só o amor constrói em prol do trabalho que nós exercemos.

O senhor ainda tem cinco anos pela frente para completar a sua missão no STJ. Por acaso, já tem em mente o que fará depois disso?

Eu ainda tenho cinco anos para trabalhar cada dia mais, no sentido de engrandecer o STJ e aprender sempre para que eu possa distribuir justiça com muito amor, mas sobretudo com muita igualdade e sensibilidade. Hoje, estou com 20 anos nesta casa e com 46 anos de atividade no serviço público, já tendo sido promotor, procurador de estado e desembargador, até ter sido levado, no dia 14 de junho de 2006, ao ministério do STJ. Então, continuo como servidor público, servindo à cidadania, ao público e ao jurisdicionado. Sempre digo que sou apenas um instrumento do poder; o proprietário do poder é o cidadão. E em relação a como será daqui

a cinco anos, primeiro peço a Deus saúde, paz e vida, porque só Ele sabe realmente o tempo. Se me conceder mais de cinco anos, quando precisarei deixar de ser ministro da ativa, então é esperar o que Deus pode ter guardado para mim. Eu sou um crente na fé e sei que todas as missões que me forem dadas serão abençoadas. Eu digo apenas nas minhas orações: “Senhor, me ensina o caminho em que eu devo andar; estou em tuas mãos para que eu seja um instrumento em favor do bem”. E em qualquer atividade que eu exerça, que seja com muita humildade e com a sabedoria aprendida pelos meus pais: odiar nunca, amar sempre.

Quais seriam as suas considerações finais, por favor?

Eu finalizo com o grande conceito, que é o da gratidão. Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por tudo o que me deu, pelas oportunidades oferecidas e pelas graças alcançadas. Quero agradecer, em segundo lugar, à minha família e aos meus amigos de coração. E, ainda, aos ministros, pela convivência, amizade e troca de ideias, e pelo apoio nos momentos mais difíceis. Quero agradecer também a todos os servidores e, por que não, a todas as pessoas. À cidadania no sentido mais amplo, do mais importante ao mais humilde, porque, na verdade, todos nós somos importantes. Juntos, somos mais fortes na construção de um Brasil humano, fraterno, solidário, igual, onde todos possam sonhar com o bem-estar e com o bem-querer. ✱

Acima, o local de trabalho do ministro Humberto Martins. Na outra página, momentos de trabalho em seu gabinete

ESCANEIE
E ASSISTA
A ESTA
MATÉRIA



Gilmar Mendes

O NOME POR TRÁS DO GRANDE FÓRUM



Foto: Gustavo Moreno/STF

FOI HÁ 14 ANOS QUE O MINISTRO DO STF ORGANIZOU UM SEMINÁRIO PARA O INTERCÂMBIO ACADÊMICO ENTRE BRASIL E PORTUGAL. HOJE, O FÓRUM DE LISBOA SE TORNOU UM DOS MAIS RELEVANTES ESPAÇOS INTERNACIONAIS DE DEBATE SOBRE DIREITO, DEMOCRACIA, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Idealizado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, o Fórum de Lisboa nasceu para aproximar professores e pesquisadores dos dois países, mas cresceu a ponto de reunir milhares de participantes e especialistas de diferentes partes do mundo. Com isso, se consolidou como um ambiente plural de reflexão sobre os grandes desafios contemporâneos.

Promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em parceria com a FGV Justiça e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o encontro ampliou seu escopo ao longo dos anos. Inicialmente, era conhecido como Fórum Jurídico de Lisboa, voltado às questões constitucionais, mas perdeu o termo “Jurídico” ao passar a incorporar temas relacionados a economia, finanças públicas, inovação, tecnologia, relações internacionais, saúde, democracia e desenvolvimento sustentável. “Hoje, discutimos temas que dizem respeito ao Brasil, a Portugal e também às grandes questões internacionais, como direito digi-

tal, regulação das redes, soberania tecnológica e crise internacional”, reforça Gilmar Mendes.

Segundo o ministro, a iniciativa aconteceu de forma bastante natural, a partir da intensa cooperação acadêmica entre juristas brasileiros e portugueses: “Nós mantínhamos diálogos com os colegas de Portugal, que vinham frequentemente aos eventos em Brasília, inclusive ao nosso Congresso de Direito Constitucional. Daí surgiu a ideia de fazermos um seminário em Lisboa. Imaginávamos realizá-lo de maneira alternada, mas foi se consolidando e avançando cada vez mais”.

Nas 14 edições do Fórum, passaram pela programação debates sobre defesa da democracia, direito à saúde, modelos de sistema de governo, desenvolvimento econômico, integração entre Mercosul e União Europeia, inteligência artificial e regulação das plataformas digitais. O crescimento do público surpreendeu até mesmo o seu idealizador. “Tudo começou como um projeto normal de seminários entre os dois

Foto: João Carvalho/Wikipedia



“ERAM CERCA DE MIL INSCRITOS, E HOJE JÁ ULTRAPASSAMOS 2.500 PARTICIPANTES.”

países. Não imaginávamos chegar a esse nível. Depois da pandemia, houve uma reanimação muito forte. Eram cerca de mil inscritos, e hoje já ultrapassamos 2.500 participantes”, revela.

Para o ministro, esse resultado demonstra que o Fórum conquistou credibilidade junto à comunidade jurídica e acadêmica. “As pessoas se dispõem a viajar, investir em passagem e hospedagem porque entendem que vão fazer uma verdadeira imersão. Tivemos painéis com o prêmio Nobel de Economia, e, ao mesmo tempo, os outros que ocorriam paralelamente também estavam cheios. Acho que houve uma excelente curadoria, reunindo pessoas extremamente representativas do Brasil, de Portugal, de outros países da Europa e do mundo. Conseguimos um bom equilíbrio e um bom resultado. A maior propaganda do Fórum é feita por quem vai lá e participa”, afirma Mendes.

O ministro ressalta que o objetivo sempre foi construir um espaço democrático de diálogo: “O convite é dirigido a todos. Tentamos fazer uma diversidade de interesses e buscar equilíbrio entre vários segmentos econômicos e sociais”. Essa preocupação também se refletiu na ampliação da presença das mulheres nos painéis. “Este ano, trabalhamos de maneira bastante rigorosa para ultrapassarmos os 30% de participação

feminina, evitando mesas compostas apenas por homens”, revela.

Outro avanço é que a edição deste ano reuniu representantes de cerca de 15 países e 51 palestrantes estrangeiros. A expectativa é que essa evolução se reflita, inclusive, na identidade do encontro. “Nós já vínhamos trabalhando para deixar de ser apenas um evento luso-brasileiro. Agora, conseguimos uma internacionalização muito maior e isso nos levou à ideia de transformá-lo em Fórum Mundial de Lisboa”, adianta o ministro.

Para os próximos anos, Gilmar Mendes aposta em uma presença estrangeira ainda mais expressiva, com painéis realizados integralmente em inglês. “Espero que isso nos ajude a inserir cada vez mais o Brasil no cenário internacional. Hoje, percebemos que países europeus já nos veem como parceiros em temas importantes, como regulação das redes sociais e inteligência artificial. Espero que, daqui a cinco anos, o Fórum Mundial de Lisboa esteja plenamente consolidado”, finaliza. *



ESCANEE
E ASSISTA
A ESTA
MATÉRIA

Fórum

REUNIÃO ANUAL DE MENTES BRILHANTES



Presença
maciça no
auditório
principal do
Fórum

EM SUA 14ª EDIÇÃO, O FÓRUM DE LISBOA REFORÇOU A SUA POTÊNCIA COMO CENTRO DEBATEDOR DE ASSUNTOS RELEVANTES PARA O MUNDO. CONFIRA OS BASTIDORES DESTE IMPORTANTE EVENTO.

Fotos: Divulgação

Entre os dias 1 e 3 de junho, em dez auditórios simultâneos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 51 palestrantes de 15 países abrilhantaram os debates do XIV Fórum de Lisboa, em torno de temas como soberania digital, avanços da tecnologia e outras questões de ordem internacional. Cerca de 2.500 participantes lotaram os ambientes, entre autoridades, juristas, empresários e representantes do setor produtivo.

O novo mundo tecnológico que vivemos foi uma pauta forte.

“O impacto da tecnologia está se fazendo sentir e a gente ainda não sabe para onde exatamente isso vai caminhar. Estão todos tateando o impacto da inteligência artificial na academia, no Poder Judiciário, na medicina...”, opinou o ministro Luís Felipe Salomão, que agora em agosto assumirá a presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O advogado Juliano Marques também trouxe a sua visão: “Hoje, não há como se pensar em qualquer profissão sem a inteligência artificial. Ela potencializa a capacidade

humana de buscar soluções e vai ser um instrumento cada vez mais presente e fundamental no dia a dia. No nosso caso, o número de ações que temos no Judiciário é um desafio muito grande, e sem a IA como um auxiliar, é absolutamente inconcebível”.

A reforma tributária também esteve entre os debates. Mauro Campbell, ministro do STJ, comentou: “O modo como a reforma se deu gerou algumas dúvidas de compreensão, que serão assentadas pelos tribunais superiores



Foto: Juliana Kelling

“O número de ações que temos no Judiciário é um desafio muito grande, e sem a IA como um auxiliar, é absolutamente inconcebível.”

Juliano Marques,
advogado

“Estão todos tateando o impacto da inteligência artificial na academia, no Poder Judiciário, na medicina...”

Luís Felipe Salomão,
novo presidente do STJ



“Diante da quantidade de tributos que o Brasil tem hoje, a reforma veio aprimorar o sistema. Vai tornar mais simples, mas não o ideal ainda.”

Mauro Campbell,
ministro do STJ



LISBOA



Foto: Juliana Kelling



Acima, autoridades na abertura de um dos painéis, e Luís Felipe Salomão recebe a Manchete Judiciário das mãos de Sergio Maciel. À esquerda, o organizador Gilmar Mendes. Aqui, um dos debates no palco principal. Abaixo, Luiza Trajano



“É muito importante a mulher estar presente aqui. Nada contra os homens, mas essa união vai fazer toda a diferença.”

Luiza Helena Trajano,
CEO do Magazine Luiza



e federais, com certeza. Mas, diante da quantidade de tributos que o Brasil tem hoje, a reforma veio para aprimorar muito o sistema. Vai tornar mais simples? Sim, mas não vai tornar ideal ainda”.

Nesta última edição do Fórum de Lisboa, a voz feminina foi ainda mais ouvida. “É muito importante a mulher estar presente aqui. Nós só temos 18% delas na política, e a nossa meta do Grupo Mulheres do Brasil é alcançar, até 2030, 50% em alto cargo. Nada contra os homens, mas essa união vai fazer toda a diferença”, completou Luiza Helena Trajano, CEO do Magazine Luiza.✳



KRIKOR KAYSERLIAN
EADVOGADOS ASSOCIADOS

RASTREAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS,
com foco no combate ao crime aquisitivo, à fraude e à ocultação patrimonial, inclusive em jurisdições estrangeiras.

CONTENCIOSO CÍVEL ESTRATÉGICO,
com atuação em litígios complexos perante os tribunais de todo o país.

COMPROMISSO COM RESULTADOS EFETIVOS,
desenvolvendo estratégias jurídicas personalizadas para alcançar os objetivos do cliente no menor tempo possível.

São Paulo | Araçatuba | Tel.: 11 3086.1114 | www.kaysserlian.com.br

Seminário de Verão

31 ANOS DE INTERCÂMBIO JURÍDICO

VISIONÁRIO, O PROFESSOR RUBENS LOPES DA CRUZ APOSTOU, NOS ANOS 1990, NA FORÇA DO INTERCÂMBIO ACADÊMICO ENTRE BRASIL E PORTUGAL. O RESULTADO É UM PROJETO CONSOLIDADO, QUE SEGUE FORTALECENDO O DIÁLOGO JURÍDICO ENTRE OS DOIS PAÍSES.



Foto: Juliana Keiling

O professor Rubens contou, no estúdio da Revista Manchet, sobre a criação do evento

Há pouco mais de três décadas, um pedagogo brasileiro decidiu atravessar o Atlântico com uma ideia que parecia ousada para a época: aproximar uma jovem instituição de ensino da Zona Leste de São Paulo de uma das mais tradicionais faculdades de Direito do mundo, em Portugal. O que começou como um convênio acadêmico se transformou em um dos mais respeitados encontros jurídicos internacionais voltados à comunidade lusófona. Hoje, o Seminário de Verão de Coimbra chega à sua 31ª edição, consolidado como um espaço de intercâmbio de conhecimento entre Brasil e Portugal, reunindo magistrados, membros do Ministério Público, advogados, professores, pesquisadores e estudantes para discutir os grandes desafios contemporâneos do Direito.

Idealizador da iniciativa, o professor Rubens Lopes da Cruz lembra que tudo começou durante a implantação do curso de Direito da então Faculdade da Zona Leste de São Paulo, que mais tarde se tornaria a Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). "Quando eu comecei a pensar nisso, nós estávamos iniciando o curso de Direito na Unicid. A partir daí, passamos a levar professores e diretores da Universidade de Coimbra para dar, pelo menos, uma aula inicial para cada turma que entrava no Direito", recorda.

Rubens lembra que conquistar a confiança da instituição portuguesa foi o primeiro grande desafio: "O que nos levou a dar prosseguimento a isso foi exatamente a credibilidade e a confiança que eles tiveram na nossa universidade. Eu fui lá para conseguir o convênio com a Faculdade de Direito de Coimbra. Depois da primeira ida deles a São Paulo, eles viram que podiam confiar plenamente em nossa instituição, porque éramos pessoas sérias".

Foto: François Philipp/Wikipédia

Na década de 1990, quando o ensino jurídico brasileiro ainda era composto por um número bem mais restrito de instituições, esse intercâmbio de conhecimentos representava um importante diferencial acadêmico. "Naquela época, não existiam faculdades de Direito em grandes quantidades. Eu precisava mostrar ao MEC, e principalmente à OAB de São Paulo, a qualidade que estava proporcionando aos meus alunos. Cheguei a levá-los para conhecer o STJ, em Brasília, o Tribunal de Justiça de São Paulo e até a parte policial da cidade, para quem quisesse ser advogado criminalista. Nem a Puc nem a Mackenzie ofereciam experiências como essas", recorda o professor.

Ao longo dos anos, o Seminário de Verão de Coimbra deixou de ser apenas uma iniciativa universitária para se tornar um fórum internacional de debates sobre temas que acompanham a evolução da sociedade e do próprio Direito. Em suas edições mais recentes, questões como inteligência artificial, democracia, direitos humanos, saúde, relações internacionais e transformação digital passaram a integrar a programação, reforçando o caráter multidisciplinar do encontro.

“O SEMINÁRIO CRESCOU E SE PROFISSIONALIZOU. HOVE UMA EVOLUÇÃO MUITO GRANDE.”

Rubens Lopes da Cruz, pedagogo

Rubens atribui parte desse crescimento ao apoio recebido desde o início: "O professor Remo Rinaldi Nadeo, fundador da Unicid, me deu toda a autonomia para fazer o que fosse melhor para a faculdade na época e, depois, para transformá-la em universidade". Com o amadurecimento do projeto, surgiu o Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos Avançados (Ipeja), entidade presidida pelo pedagogo, responsável por ampliar as atividades científicas desenvolvidas ao longo do ano. "O Seminário cresceu e se profissionalizou. Houve uma evolução muito grande, não só de público, como do próprio evento", afirma. Passadas mais de três décadas, a iniciativa criada por um educador brasileiro permanece fiel ao propósito que lhe deu origem: promover o conhecimento, aproximar culturas jurídicas e fortalecer um diálogo acadêmico que ultrapassa fronteiras. ✨



Toda a tradição da Faculdade de Direito de Coimbra



ESCANEIE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA



ESCANEE
E ASSISTA
A ESTA
MÁTÉRIA



Foto: Malu Mello

MAIS UM **VERÃO** DE GRANDES debates

NO 31º SEMINÁRIO DE COIMBRA, GRANDES NOMES DO DIREITO SE REUNIRAM PARA TRAZER À PAUTA TEMAS DE GRANDE RELEVÂNCIA AOS DESAFIOS ATUAIS. Fotos: Divulgação

O sol que aqueceu Coimbra, nos dias 2 e 3 de julho, brilhou ainda mais diante do alto nível intelectual do 31º Seminário de Verão, evento que, desde 1995, reúne alunos, advogados e magistrados do Brasil e de Portugal. Na Capela do Colégio da Trindade, da Universidade de Coimbra, dezenas de painelistas e palestrantes – incluindo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), defensores públicos federais, professores e pesquisadores de universidades dos dois países – debateram temas em torno do Direito e das relações internacionais.

de Coimbra, falou sobre a importância do seminário, 31 anos após sua criação: “O número de participantes aumentou, assim como o impacto em termos de aprofundamento científico. Com o passar do tempo, o evento foi acompanhando os desafios da história, e agora há desafios novos, como as questões ambientais e da informática. Acompanhar o novo contexto do mundo dá força ao seminário, com contributos para as áreas jurídica, econômica e ambiental. Tudo isso faz com que ganhe prestígio cada vez maior e importância, e assim espero que seja daqui a dez, vinte anos”.

Manuel Carlos Lopes Porto, presidente da Associação de Estudos Europeus (AEEC) da Faculdade de Direito da Universidade

Mas será que o Direito está realmente alinhado aos avanços da tecnologia? Os magistrados manifestaram a sua opinião. “Sim, os ad-



“O Direito pode ser visto com uma ótica semelhante à antropologia, sociologia, história e a outras ciências humanas.”

Ricardo Lewandowisk,
ex-ministro do STF



Acima, o Colégio da Capela da Trindade e Sergio Maciel com estudantes de Coimbra. À esq., André Mendonça. Abaixo, Benedito Gonçalves, Elias Mubarak e Humberto Martins





“Há uma preocupação grande com o uso adequado da IA por todos os profissionais do Direito.”

Ricardo Cueva,
ministro do STJ (à direita)



No alto, Luís Roberto Barroso, Ribeiro Dantas, Rodrigo Salomão e Rogerio Schietti. Acima, Raul Araújo, Moura Ribeiro e Benedito Gonçalves

da sociedade. Então, eu me convenci de que o Direito é uma ciência, mas num outro sentido. Ele pode ser visto com uma ótica semelhante à antropologia, sociologia, história e a outras

ciências humanas, para entender como as diversas sociedades se organizaram ao longo do tempo, tendo em vista o modelo jurídico que adotaram”.

Estes foram apenas alguns exemplos do alto nível dos debates que aqueceram ainda mais o verão de Coimbra. E prepare-se, porque ano que vem tem mais! ✳

PATRIMÔNIO

O poder DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Foto: Divulgação

SEU LEGADO, SUAS REGRAS. É ASSIM QUE, EM VIDA, É POSSÍVEL VOCÊ DEFINIR COMO DESEJA QUE SEJA FEITA A TRANSMISSÃO DE SEUS BENS. A ADVOGADA ROSANA JUVÊNCIO MOSTRA OS CAMINHOS PARA ISSO.

O patrimônio construído ao longo de uma vida transcende a mera acumulação de bens e investimentos. Ele materializa uma história de trabalho, traduz conquistas e, acima de tudo, representa um legado que se pretende perene para as futuras gerações. No entanto, é surpreendente a frequência com que famílias e empresários, após dedicarem décadas à construção dessa riqueza, negligenciam a etapa crucial de planejar sua transmissão. A inércia, contudo, cobra um preço exorbitante: inventários litigiosos que se arrastam por anos, cargas tributárias esmagadoras, rupturas familiares profundas e, no limite, a própria dilapidação do que foi arduamente conquistado.

Nesse cenário, o planejamento sucessório emerge não como uma formalidade, mas como um ato de lucidez estratégica e governança patrimonial. Trata-se de um conjunto de instrumentos jurídicos que permite ao titular dos bens organizar, ainda em vida, a transição de seu legado de forma segura, eficiente e estritamente alinhada à sua vontade. Muito além de simplesmente definir quem herdar cada ativo, um planejamento bem-estruturado estabelece as regras para a administração futura, protege o patrimônio contra reveses, otimiza a carga de impostos e, fundamentalmente, preserva a harmonia entre os herdeiros.

Para famílias empresárias, essa governança assume uma dimensão crítica. A ausência de um plano sucessório claro pode para-

lisar a continuidade dos negócios, deflagrar disputas societárias e colocar em risco o futuro de empresas consolidadas. Da mesma forma, para indivíduos com patrimônio relevante – seja em imóveis, aplicações financeiras ou participações societárias –, a organização sucessória representa uma medida de responsabilidade e proteção, garantindo que os recursos sirvam ao propósito a que foram destinados.

A advocacia especializada dispõe de um arsenal sofisticado para essa finalidade, que inclui desde a

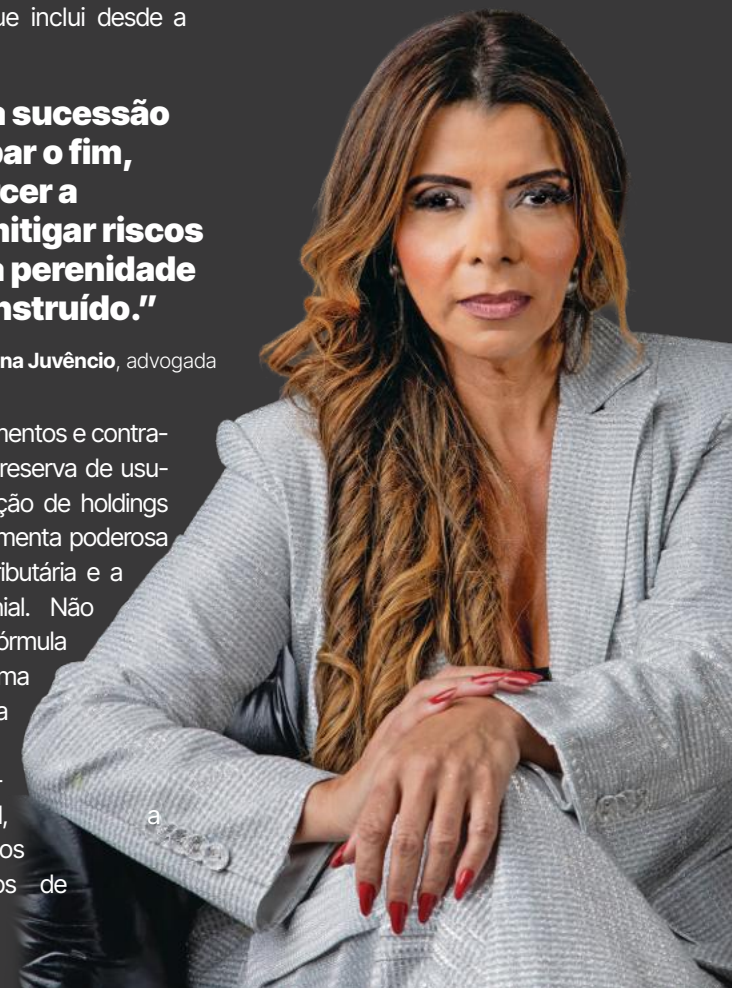
Planejar a sucessão não é antecipar o fim, mas sim exercer a autonomia, mitigar riscos e assegurar a perenidade do que foi construído. ✳

Para mais informações, acesse @advrosanajuvencio

“Planejar a sucessão não é antecipar o fim, mas sim exercer a autonomia, mitigar riscos e assegurar a perenidade do que foi construído.”

Rosana Juvêncio, advogada

elaboração de testamentos e contratos de doação com reserva de usufruto até a constituição de holdings familiares, uma ferramenta poderosa para a otimização tributária e a blindagem patrimonial. Não se trata de uma fórmula genérica, mas de uma arquitetura jurídica personalizada, desenhada para a composição patrimonial, dinâmica familiar e os objetivos específicos de cada cliente.

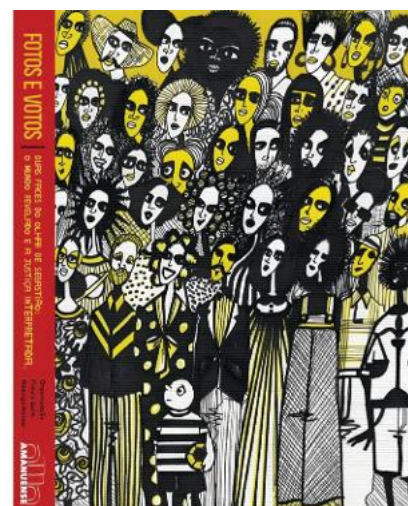


PELAS LENTES DO Sebá

Quinze anos atrás, Sebastião Reis Júnior deu um grande passo em sua carreira, tornando-se ministro do Superior Tribunal de Justiça. Cinco anos depois, ele encontrou uma nova companhia para ajudar a aliviar o foco dos cerca de 1.300 processos que precisa analisar por mês: uma câmera fotográfica. E quando ele empunha a sua Nikon, praticamente assume outra perso-

DOS JULGAMENTOS DIFÍCEIS À ARTE DE FOTOGRAFAR. CONHEÇA O OUTRO LADO DO MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, QUE, USANDO UMA CÂMERA, REVELA EM FOTOS PROFUNDAS A EXTENSÃO DO SEU OLHAR.

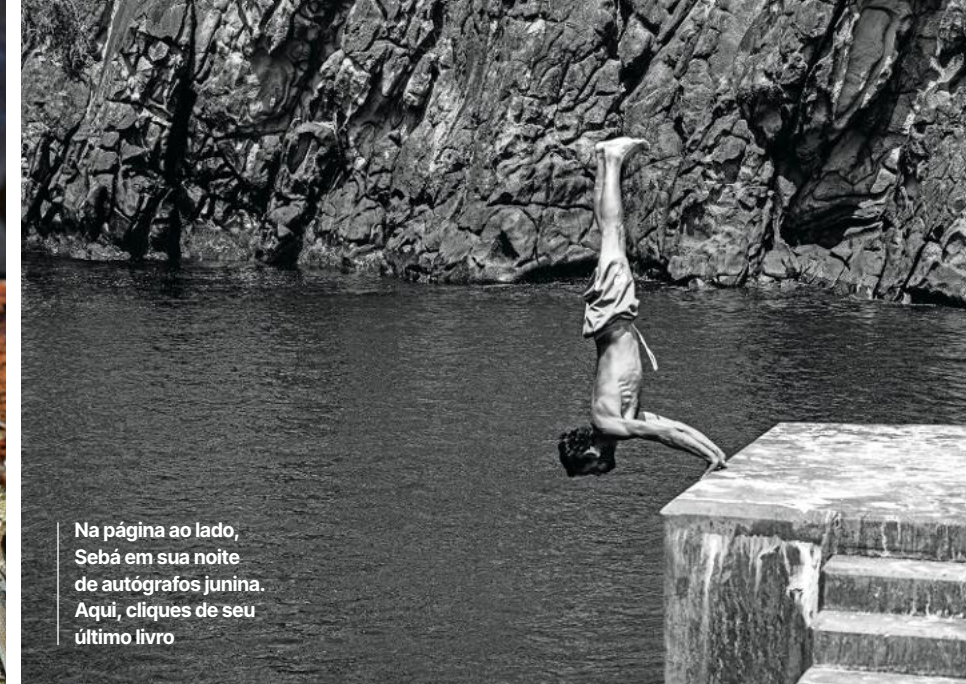
Fotos: Divulgação



nalidade, o Sebá – seu apelido. “É para quebrar um pouco a tensão do dia a dia. É o meu hobby, a minha diversão. E serve, principalmente, para conhecer um pouco a realidade do mundo, ver o que está acontecendo lá fora e não ficar fechado aqui dentro o tempo todo”, justifica o magistrado, que nos recebeu em seu gabinete, cujas paredes expõem inúmeras fotografias clicadas por ele (confira apontando o seu celular para o QR Code desta matéria).

Mas, o que surgiu como um hobby, hoje já lhe rendeu três livros: *Riscos* (de 2021), *Translúcida* (de 2023) e o recém-lançado *Fotos e Votos*, cuja noite de autógrafos, em junho, ocorreu de maneira inusitada: numa festa junina. Recentemente, o ministro também demonstrou que sua paixão pela fotografia é generosa, ao promover, no prédio do STJ, uma mostra com os fotógrafos da casa. “Eles estão

“Um juiz não pode conhecer o mundo apenas pelos livros. O bom é conhecer a vida, e a fotografia me permite isso.”



Na página ao lado, Sebá em sua noite de autógrafos junina. Aqui, cliques de seu último livro





Aprece um pouco da arte captada pela câmera do ministro. No livro *Translúcida* (capa na página ao lado), há o ensaio de presidiárias transexuais

aqui todo dia. Organizei a exposição para mostrar que vão muito além do trabalho de fotografar sessões e eventos aqui do tribunal. Também têm uma vida artística, e foi muito emocionante", lembra Sebastião.

E o que será que o fotógrafo Sebá prefere captar com a sua câmera? "Gosto de ver uma realidade de que vai muito além do que está no gabinete. Acho que um juiz não



pode ficar sentado em uma mesa e conhecer o mundo apenas pelos livros. O bom é conhecer a vida, e,

“Não quero ter pressão, não sou profissional. Acho que a fotografia tem o seu momento e a sua razão de ser.”

no caso, a fotografia me permite isso. Eu viajo para fotografar e, aí, vou conhecendo o ser humano, outras realidades completamente diferentes”, conta, revelando que, em sua última viagem à Índia, chegou a tirar mais de 3 mil fotos. As regiões brasileiras também já estiveram sob seu enquadramento, como os estados do Amazonas e Roraima e a cidade de Belém. Já em São Paulo, sua lente

apontou para presidiárias transexuais, e o ensaio artístico acabou resultando no seu segundo livro.

Apesar das fotos já publicadas em obras, o ministro não quer enxergar o hobby como um ofício: “É um prazer, não uma obrigação. Gosto muito de fotografar, mas não quero ter pressão, porque não sou profissional. Acho que a fotografia tem o seu momento e a sua razão

de ser”, acredita. E, nessas páginas, podemos ver que a razão de ser de Sebá realmente vale a pena. ✱





ADVOGA SOCIAL AMPLIA ATUAÇÃO EM MARICÁ

Poucos meses após seu lançamento, o **Advoga Social**, programa de advocacia dativa desenvolvido pela prefeitura de Maricá em parceria com a OABRJ e a subseção local, já conta com cerca de cem advogados credenciados e 38 casos em andamento. Com isso, amplia o acesso à Justiça para a população em situação de vulnerabilidade social.



NOVO MODELO DE JUSTIÇA NA ESPANHA

A presidente da OABRJ, **Ana Tereza Basilio**, participou de curso internacional realizado na Universidade Carlos III de Madri, na Espanha. Promovido pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), o encontro reuniu magistrados, juristas e acadêmicos para discutir os impactos da Lei Orgânica Espanhola nº 1/2025, que promove uma ampla reforma no sistema de Justiça do país e busca reduzir a sobrecarga dos tribunais por meio do fortalecimento de mecanismos de solução consensual de conflitos.



MINISTRO CONDECORADO E RETORNO À ADVOCACIA

A OABRJ homenageou os ministros **Messod Azulay Neto** e **Antonio Saldanha Palheiro** durante evento em sua sede. Na ocasião, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) **Messod Azulay Neto** recebeu a Medalha Evandro Lins e Silva, uma das mais importantes comendas da Seccional fluminense. Já o ministro aposentado do STJ **Antonio Saldanha Palheiro** foi homenageado por seu retorno aos quadros da advocacia, recebendo sua carteira da Ordem, além do reconhecimento por uma trajetória marcada pelo compromisso com a sociedade e com a Justiça.



PRESIDENTE DA OABRJ RECEBE MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO

Ana Tereza Basilio recebeu, no dia 8 de junho, a Medalha do Mérito Judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). A homenagem representa o reconhecimento institucional à trajetória de Basilio à frente da OABRJ no diálogo com o Poder Judiciário e na defesa da advocacia, das prerrogativas profissionais e do fortalecimento das instituições.

NOSSO APOIO A PROJETO DE LEI

A OABRJ está acompanhando a tramitação do Projeto de Lei nº 2.925/2026, que altera a **Lei de Recuperação e Falências** para permitir que entidades sem fins lucrativos que exerçam atividade econômica tenham acesso aos mecanismos de recuperação judicial e extrajudicial. Atualmente, a Lei nº 11.101/2005 restringe os processos de recuperação judicial e extrajudicial a empresários e sociedades empresariais.

REPRESENTAÇÃO DA ADVOCACIA GARANTIDA

Aprovado em sessão plenária pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), o Projeto de Lei nº 7.600/2026, de autoria do Poder Executivo, determina a criação de uma nova câmara de julgamento no Conselho de Contribuintes da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-RJ) e garante à OABRJ e ao Conselho Regional de Contabilidade (CRCRJ) a indicação de representantes para o órgão. A medida mantém a paridade entre indicados do estado e dos contribuintes com o ingresso dos novos representantes da advocacia e da contabilidade. O projeto aprovado foi encaminhado ao governador em exercício, **Ricardo Couto**, para sanção ou veto.



OUTDOOR CHAMA A ATENÇÃO CONTRA GOLPE

A OABRJ reforçou a campanha de conscientização **contra o golpe do falso advogado** com a instalação de um outdoor de 15 metros no prédio que abriga a sede da Seccional, no Centro do Rio. A iniciativa chama a atenção da população e alerta sobre o crime, orientando tanto os cidadãos quanto a advocacia a redobrar os cuidados diante das tentativas de fraude praticadas por pessoas que se passam por advogados para obter vantagens financeiras.



PARCERIA COM DEFENSORIA PÚBLICA

A presidente da OABRJ, **Ana Tereza Basilio**, e o defensor público-geral do Estado do Rio de Janeiro, **Paulo Vinicius Cozzolino**, assinaram dois importantes termos de cooperação técnica. O primeiro consolida a parceria para a construção da nova sede da OAB/Barra da Tijuca, que integrará a Defensoria Pública em um complexo institucional na região. O segundo amplia as oportunidades profissionais para a advocacia fluminense ao permitir o ingresso de advogados regularmente inscritos na OABRJ no programa de Residência Jurídica da Defensoria Pública – a expectativa é ampliar para 500 vagas.

NOVAS VARAS DO TRABALHO

A presidente da OABRJ, **Ana Tereza Basilio**, e o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), desembargador **Roque Lucarelli**, se reuniram para dar continuidade às articulações para aprovar o Projeto de Lei nº 1.400/2015, que tramita no Congresso Nacional. A proposta prevê a criação de novas unidades da Justiça do Trabalho no estado. A iniciativa depende da inclusão de verbas no orçamento da União destinadas ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). A previsão é que os recursos sejam incorporados à Lei Orçamentária Anual para viabilizar a criação de novas varas e mais cargos da Justiça do Trabalho fluminense.



COMISSÃO FOCADA NA CIDADANIA FINANCEIRA

No primeiro semestre de 2026, a Comissão de Direito Bancário da OABRJ consolidou uma agenda institucional de alcance nacional, voltada à qualificação do debate jurídico sobre o Sistema Financeiro Nacional. No Rio, a Comissão promoveu e participou de encontros voltados à cidadania financeira, à regulação e à concorrência, debatendo sobre fraudes digitais, responsabilidade

das instituições financeiras, crédito, superendividamento e novas formas de litigiosidade bancária, além de participar de fóruns acadêmicos e lançar o livro *Fintech Litigation – Ensaio sobre disputas envolvendo tecnologias financeiras*. Mas a sua atuação ultrapassou os limites fluminenses, com participações em eventos em Brasília, Belo Horizonte e São Paulo, construindo pontes entre a prática da advocacia, a produção



PRIMEIRO TRIMESTRE COM SUPERÁVIT

O desempenho financeiro da OABRJ nos primeiros três meses de 2026 mostrou uma notável reversão do quadro registrado na mesma época do ano anterior. Em balanço apresentado pelo tesoureiro **Fábio Nogueira**, a atual gestão da Seccional apresentou um superávit de R\$ 32,5 milhões entre janeiro e março. O resultado foi alcançado mesmo após a redução de 17,5% da anuidade para a advocacia fluminense, graças a medidas voltadas ao fortalecimento das receitas e ao controle de despesas da instituição.

acadêmica e os centros decisórios da regulação financeira brasileira. Na foto ao lado, vemos a posse da Comissão: o vice-presidente **Fernando Brito Júnior** e o presidente **Diego Monteiro Baptista**, tendo entre eles o ministro **Luiz Felipe Salomão** e **James Walker**. Abaixo, está a secretária-geral **Tayná Carneiro**.





IBRACHINA

DEBATE JOGA LUZ SOBRE

tarifas e contratos

No dia 29 de maio, em São Paulo, o Ibrawork foi sede de um evento jurídico reunindo juristas e acadêmicos para discutir os impactos de tarifas e sanções sobre contratos comerciais internacionais. O presidente do Ibrachina, Thomas Law, recebeu grandes nomes, como o professor Ulrich Schroeter, da Universidade de Basel (Suíça), que é referência em Direito Comercial Internacional e Arbitragem. “Ele também é jurista e veio tratar no evento de assuntos super relevantes no cenário mundial, como os contratos internacionais, e veio falar de um tópico que está envolvendo todos os países, que é a guerra comercial, sobre como vão ficar as tarifas que estão sendo implementadas pelos Estados Unidos nos contratos internacionais”, revelou Thomas.

Para debater esse tema, a convidada especial foi a advogada renomada na China, a professora Sherlin Tung. Ela é diretora e CEO da Vis East Moot Foundation e consultora da equipe de arbitragem e litígios internacionais do escritório Withers, em Hong Kong. “Ela teve um papel importante no palco do Ibrawork, sendo a

EVENTO REALIZADO NO
IBRAWORK REFORÇOU
A IMPORTÂNCIA
DA TROCA DE
CONHECIMENTO ENTRE
DIFERENTES PAÍSES,
PARA ACOMPANHAR
AS TRANSFORMAÇÕES
NO COMÉRCIO E
NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS.

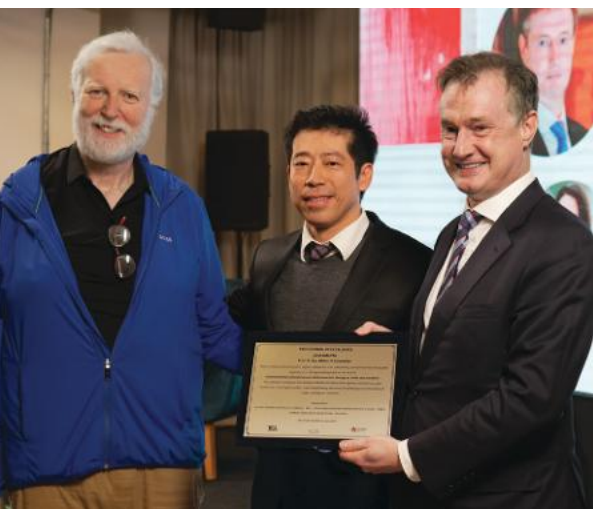
Fotos: Juliana Kelling

moderadora, ou seja, cutucou questões importantes, levantando as maiores dúvidas dos contratos internacionais na visão também da advocacia internacional”, disse o presidente do Ibrachina.

Durante o evento, Thomas Law e Sherlin Tung assinaram um Memorando de Entendimento entre o Ibrachina e o Vis East Moot, uma das maiores competições de arbitragem do mundo. Outra presença importante no evento foi o professor Cláudio Finkelstein, da faculdade de Direito da PUC/SP, membro do board de diretores do Vis East Moot e o responsável pela intermediação dos convites aos palestrantes.

O saldo do evento foi bastante positivo, trazendo relevância à discussão quanto às incertezas do cenário global e mostrando-se estratégico para as comunidades jurídica e acadêmica no Brasil. “Tivemos um debate muito importante sobre um tema que afeta países e empresas, especialmente no que diz respeito a contratos internacionais diante de medidas unilaterais adotadas por governos”, finalizou o presidente do Ibrachina. ✱

Cláudio Finkelstein, Thomas Law e Ulrich Schroeter. E, à direita, Thomas e Sherlin Tung



SEGURO JUDICIAL

Saída PARA EMPRESAS

EM CASO DE AÇÕES JUDICIAIS, OS EMPRESÁRIOS PODEM RECORRER A ESSA MODALIDADE PARA NÃO AFETAR OS VALORES QUE TÊM EM CAIXA. PARA SABER MAIS SOBRE O ASSUNTO, ENTREVISTAMOS LEANDRO CARVALHO, FUNDADOR E CEO DA PROBROKERS.

O que é o seguro garantia judicial?

É um instrumento financeiro que resguarda as partes de um processo judicial. Essa modalidade foi institucionalizada no Código Processual Civil em 2015. Antes, as empresas tinham que disponibilizar dinheiro do caixa ou penhorar um imóvel, às vezes ficando sem recursos para honrar pagamento de salários e contas. Então, o seguro garantia permite que a empresa não tenha desembolso de caixa em ações judiciais. E tem feito um extremo sucesso no Brasil: de dez anos para cá, o mercado aumentou de R\$ 500 milhões em prêmios emitidos para R\$ 10 bilhões.

Qual é a diferença entre seguro garantia e carta de fiança bancária?

Ambos estão previstos na lei como uma modalidade de caução judicial. Mas, na prática, o seguro garantia é regulamentado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e não tem qualquer ligação com o Banco Central. Por isso, essa modalidade não toma a capacidade financeira no Banco Central, ou seja, uma empresa que faz o seguro garantia não im-

pacta o seu limite de crédito junto ao banco. Já a carta de fiança é prevista pelo Banco Central, enquadrada como um empréstimo. Só que ela não consegue ter a competitividade do custo de um empréstimo. Hoje, os bancos de primeira linha emitem uma carta de fiança cobrando taxas absurdas, perto de 7% ao ano, e ainda pedem uma contrapartida colateral líquida, como um CDB.

Esse seguro tem que ser renovado?

Ele não tem fim de vigência. A seguradora é obrigada a renovar independentemente da situação financeira que a empresa esteja passando. Hoje, o magistrado pede que sejam emitidas apólices de três a cinco anos.

Muitas empresas têm seus bens ou valores bloqueados judicialmente. O seguro garantia atende a esses casos?

Sim, isso está previsto na legislação, tanto na lei de execução fiscal, (empresas sendo executadas pelo Estado por dívidas de impostos) quanto nas ações trabalhistas e cíveis.

“De dez anos para cá, o mercado aumentou de R\$ 500 milhões em prêmios emitidos para R\$ 10 bilhões.”

Leandro Carvalho, CEO da Probroskers

ESCANEIE
E ASSISTA
A ESTA
MATÉRIA



E como funciona o seguro garantia na Justiça do Trabalho?

Hoje, o maior volume de apólices do seguro de garantia judicial é emitido para depósito recursal. Toda empresa, principalmente as de especialização de mão de obra, recebem muitas demandas da Justiça do Trabalho. E até que ocorra a discussão do mérito, é necessário que o empresário já deposite um valor estipulado numa tabela do tribunal para fazer o recurso, que está em torno de R\$ 24 mil. Mas, de acordo com a lei, o depósito recursal pode ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial. Então, em vez de o empresário tirar R\$ 24 mil para o funcionário, ele gasta o valor da apólice, que costuma ser de R\$ 300 a R\$ 400. Além disso, com o seguro garantia, há o argumento de uma execução de uma apólice, possibilitando à empresa ou ao empregador uma melhor negociação no processo trabalhista. ✱



Foto: Divulgação

EM BUSCA DE NOVOS palcos

A MANCHETE JUDICIÁRIO ESTÁ COM SEÇÃO NOVA! POR AQUI, VAMOS TRAZER HISTÓRIAS DE PESSOAS QUE, APÓS ANOS DE DEDICAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO, ENCONTRAM OUTROS CAMINHOS E DESAFIOS DEPOIS DA APOSENTADORIA. A PRIMEIRA É MÁRCIO KLANG, QUE SEGUE SUA TRAJETÓRIA GUIADO POR DUAS GRANDES PAIXÕES: O MINISTÉRIO PÚBLICO E A ARTE.

Fotos: Leonardo Agues

Foram quase 50 anos de dedicação ao Ministério Público do Rio de Janeiro. Essa história começou em 1977, quando Márcio Klang, que então trabalhava em um escritório de advocacia, assumiu o cargo de Promotor de Justiça. Com a aposentadoria compulsória, ele agora pretende atuar em outros palcos – no sentido literal –, mas mantém vivo o vínculo com a instituição e a missão de aproximar o Ministério Público da sociedade, compartilhando sua importância e seu impacto na vida das pessoas.

Klang ingressou no órgão logo após a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, período marcado pela reestruturação e integração dos Ministérios Públicos das duas unidades federativas. Sua primeira designação foi para Cambuci, no interior do estado do Rio de Janeiro e, depois, para a Baixada

“O TRABALHO COMO DUBLADOR OU ATOR É ALGO QUE EU GOSTARIA DE FAZER, SE DEIXAREM. ESTOU À DISPOSIÇÃO.”

Márcio Klang, Procurador de Justiça aposentado

Fluminense. “Nesse início, a gente não tinha sala, telefone, banheiro, não tinha nada. Era um desafio, mas eu sempre fui chegado a um desafio”, afirma.

Em 1993, foi promovido a Procurador de Justiça, cargo que exerceu até a aposentadoria, em 2025. Mas se engana quem imagina que ele deixou o Ministério Público para trás. Muito pelo contrário. Klang segue como coordenador do Centro de Memória Procurador de Justiça João Marcello de Araújo Júnior, setor responsável por reunir, preservar e divulgar documentos, objetos e informações que ajudam a contar a história do Ministério Público.

Além de diversos materiais catalogados e disponibilizados ao público na internet, o Centro de Memória promove uma série de exposições, que recebem, inclusive, alunos de escolas e universidades para visitas guiadas. “O Ministério Público é uma instituição essencial à Justiça, com independência funcional, e que fiscaliza, basicamente, o trabalho dos juízes. E uma das nossas

metas é tornar o Ministério Público mais conhecido. Qual é a sua função? Para que ele existe? Como ele é estruturado? É isso o que queremos mostrar”, explica.

Ao mesmo tempo em que se dedica ao cuidado e à divulgação do acervo do Ministério Público, Klang se diz pronto para embarcar no mundo das artes cênicas. Mas esse não é um interesse recente. A dublagem, por exemplo, é uma antiga vocação – ele já emprestou a voz a personagens em uma série policial.

O trabalho como ator também faz parte da vida de Klang. Em 2024, ele foi convidado a participar do programa *Falas Negras*, exibido pela TV Globo. Depois de anos como Promotor de Justiça, na ficção ele trocou de lado, interpretando um juiz. “O trabalho como dublador ou ator é algo que eu gostaria de fazer, se deixarem. Estou à disposição”, brinca. Perguntado sobre o que prefere, a arte ou o direito, ele é taxativo: “Difícil, hein? Eu diria que o direito é uma manifestação de arte”.*

Márcio Klang mostra o acervo do Centro de Memória Procurador de Justiça, do qual segue como coordenador





O Auditório Desembargador **Paulo Roberto Leite Ventura**, na Emerj, recebeu, em 9 de julho, a 38ª reunião do Fórum Permanente de Justiça na Era Digital, que teve como tema “Neurociência Aplicada ao Direito – Cognição e tecnologia no sistema de Justiça”. Promovido pelo fórum permanente, o evento reuniu magistradas, juristas e especialistas, que debateram este assunto de grande relevância e impacto prático. Na foto, **Karin Ferreira Dias Rangel, Emília Garcez, Tayná Carneiro e Renata Haje**.



Durante o Seminário de Verão de Coimbra, o ministro do Supremo Tribunal Federal **André Mendonça** recebeu do vice-presidente da Revista Manchete, Sergio Maciel, um exemplar da Manchete Judiciário. Na capa da edição, a presidente da OABRJ, **Ana Tereza Basilio**, que foi cumprimentada e homenageada pelo ministro. Na ocasião, André Mendonça também saudou o retorno da tradicional Revista Manchete, destacando a importância da publicação como mais um relevante espaço de informação, reflexão e diálogo para o Judiciário brasileiro.



A presidente da OABRJ, **Ana Basilio**, recebeu das mãos do vice-presidente da Revista Manchete, **Sergio Maciel**, um quadro com a capa da Manchete Judiciário protagonizada pela advogada, em homenagem à sua destacada trajetória. Na foto da cerimônia, da esquerda para a direita, **Diego Monteiro, Ana Basilio, Sergio Maciel e Rubens Cruz**.



No dia 26 de maio, o governador em exercício do estado do Rio de Janeiro e presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador **Ricardo Rodrigues Cardozo**, participou da 13ª edição da Caravana Nacional da Cooperação Judiciária, realizada no auditório do TJRJ. Na foto, o desembargador aparece ao lado do vice-presidente da Revista Manchete, **Sérgio Maciel**, e da repórter **Juliana Kelling**.



Tarsila Fernandes, Roberta Fernandes e o ministro **Og Fernandes** foram prestigiar **Ísis Ribeiro Fernandes** no lançamento de sua obra, *Justiça Restaurativa e Acordo de Não Persecução Penal: Aplicação prática da justiça restaurativa no âmbito criminal*, em 26 de maio. Foi um momento de celebração da produção acadêmica e do fortalecimento do debate jurídico.



No dia 11 de julho, o vice-presidente da Revista Manchete, **Sergio Maciel**, foi agraciado com o título de Cidadão Teresopolitano, honraria concedida pelo vereador Caio Pfister. A cerimônia reuniu autoridades, amigos e familiares para celebrar esse importante reconhecimento. Na foto, da esquerda para a direita, o vereador **Caio Pfister, Rejane Maciel, Sergio Maciel, Laura Maciel** e o desembargador **Manuel Alberto**, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

O ministro **Marco Aurélio Mello** celebrou seus 80 anos de vida, em 12 de julho. Ao longo de uma trajetória marcada pela independência, pelo compromisso com a Constituição e pela dedicação ao Judiciário brasileiro, exerceu importantes funções na magistratura, encerrando sua carreira no Supremo Tribunal Federal há cinco anos, como o ministro mais longevo da história da Corte. A Revista Manchete Judiciário presta sua homenagem ao nosso eterno ministro, desejando-lhe saúde, felicidade e muitos anos de vida, para que continue inspirando gerações com sua inteligência, serenidade e exemplo de homem público.



No dia 8 de julho, durante missão institucional em Xangai, **Thomas Law**, presidente do Ibrachina, assinou um acordo de cooperação com o Shanghai Hansheng Law Offices. O objetivo é fortalecer o intercâmbio jurídico entre Brasil e China, ampliando a cooperação em pesquisa, capacitação e iniciativas voltadas ao Direito internacional.

NÃO IMOBILIZE SEU PATRIMÔNIO.

TRANSFORME DEPÓSITOS JUDICIAIS EM LIQUIDEZ PARA O SEU NEGÓCIO

SEGURO GARANTIA PROBROKERS

A INTELIGÊNCIA FINANCEIRA A FAVOR DA SUA EMPRESA.



MAIS LIQUIDEZ E ECONOMIA

Substituímos o depósito judicial em dinheiro, retornando recursos imediatos para o caixa da sua empresa.



SEGURANÇA E AGILIDADE

Garantia aceita pelo judiciário com total segurança, sem imobilizar recursos financeiros.



PRESERVAÇÃO DE CRÉDITO

Não compromete suas linhas de crédito bancário, preservando o capital de giro para investir e crescer.

ATUAÇÃO COMPLETA PARA SUA TRANQUILIDADE



AÇÕES CÍVEIS



AÇÕES FISCAIS



AÇÕES TRABALHISTAS



DEPÓSITO RECURSAL



FALE AGORA COM NOSSOS ESPECIALISTAS

Escanele o QR Code e fale diretamente pelo Whatsapp

Leandro Carvalho | 21 98281-9994

Diogo Maia | 21 98778-0587

Helio Oliveira | 21 97914-2228

www.probrokers.com.br

21 2221-9727

Av. das Américas, 500
Bl. 15 - 202 - Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ



ProBrokers

PROFISSIONAIS EM SEGUROS CORPORATIVOS



Foto: Estúdio Manchete

20 ANOS EM DEFESA DA magistratura

Sergio Maciel
conversa
com Fábio
Dutra na sede
administrativa
da Andes, no
Rio de Janeiro

Fotos: Vinícius Iannuzzi

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DESEMBARGADORES (ANDES) TEM AMPLIADO SUA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL AO LONGO DE DUAS DÉCADAS. O PRESIDENTE DA ENTIDADE, DESEMBARGADOR FÁBIO DUTRA, APRESENTA AS PRIORIDADES E PREOCUPAÇÕES DA CATEGORIA.

Neste ano, a Associação Nacional dos Desembargadores (Andes) completa duas décadas, se consolidando como a principal entidade de representação dos magistrados de segundo grau do país. Reunindo desembargadores das Justiças Estadual, Federal e do Trabalho – e também da Justiça Militar, no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em Minas Gerais –, a associação

“NÓS PROCURAMOS MANTER UM RELACIONAMENTO HARMONIOSO, RESPEITOSO E COLABORATIVO COM AS INSTITUIÇÕES, PORQUE, EM MUITOS DOS NOSSOS INTERESSES, BUSCAMOS O MESMO RESULTADO.”

Fábio Dutra, presidente da Andes

atua na defesa das prerrogativas da classe, no fortalecimento do diálogo institucional e na valorização da magistratura, buscando contribuir para um Judiciário mais eficiente e respeitado pela sociedade.

À frente da entidade, o desembargador Fábio Dutra define a missão da associação: “A Andes defende os interesses, as prerrogativas e os direitos dos magistrados de segundo grau, os desembargadores, que são aqueles que decidem, em última instância, dentro de um determinado ente federativo”. Segundo ele, a entidade mantém representação em todo o país e trabalha de forma permanente na interlocução com tribunais, associações de magistrados e demais instituições ligadas ao sistema de Justiça.

Para o presidente, essa atuação institucional é indispensável para assegurar que a voz dos desembargadores seja considerada nas discussões que envolvem o Poder Judiciário. “As associações têm por vocação a necessidade de se relacionar. Nós procuramos manter um relacionamento harmonioso, respeitoso e colaborativo com as instituições, porque, em muitos dos nossos interesses, buscamos o mesmo resultado”, destaca Dutra.



ESCANEIE
E ASSISTA
A ESTA
MATÉRIA



Entre as principais preocupações da categoria, está o fortalecimento do sistema federativo. Na avaliação do presidente da Andes, o crescente encaminhamento de processos às Cortes Superiores reduz o protagonismo dos tribunais estaduais e regionais, que deveriam exercer papel decisivo na solução definitiva de grande parte dos conflitos. “Hoje, nos aproximamos do momento em que os tribunais serão apenas órgãos de passagem, porque praticamente todos os processos deságuam nas Cortes Superiores”, observa.

Outro tema frequentemente associado à magistratura é a discussão sobre os chamados “penduricalhos”. Dutra critica o uso da expressão, que considera pejorativa, e sustenta que os pagamentos questionados decorrem de previsões legais e, em muitos casos, representam direitos reconhecidos ou compensações pela ausência de reajustes previstos constitucionalmente. “Os magistrados não querem penduricalhos; eles querem o cumprimento da lei”, resume.

Vocação e amor pela magistratura

O presidente da Andes também demonstra preocupação com a atratividade da carreira. Embora considere que a vocação continue sendo o principal fator para quem escolhe a magistratura, ele reconhece que profissionais experientes têm deixado os tribunais em busca de melhores oportunidades na iniciativa privada. Ainda assim, acredita que o compromisso com a função pública permanece sendo um diferencial dos magistrados brasileiros. “Os magistrados, em geral, amam a magistratura”, afirma.

Ao comentar os desafios do Judiciário, Dutra aponta que o avanço da inteligência artificial e das ferramentas tecnológicas já contribui para tornar a prestação jurisdicional mais rápida e uniforme. Para ele, entretanto, a efetividade da Justiça também depende da racionalização do sistema recursal e do fortalecimento das decisões proferidas pelos tribunais locais. “Devíamos ter mais respeito ao sistema federativo, menos processos em Brasília e mais decisões nos estados”, defende.

Para os leitores da Revista Manchete Judiciário, o presidente da Andes deixa uma mensagem de confiança na atuação da magistratura. “Confiem no Judiciário, procurem conhecê-lo em todas as suas instâncias. Critiquem o que está errado e prestigiem aquilo que é bom”, conclui. ✱



ADAPT ENGENHARIA

Excelência, Planejamento e Resultado

Com mais de 13 anos de atuação e milhares de metros quadrados construídos, aprendemos uma coisa:

Grandes obras exigem planejamento, comprometimento e execução precisa.

Na **ADAPT Engenharia**, unimos a agilidade do setor privado à conformidade rigorosa do setor público, garantindo segurança, qualidade e eficiência em cada projeto.

Ao longo dessa trajetória, nos tornamos parceiros de grandes empresas na realização de projetos desafiadores, sempre com foco em prazos, excelência construtiva e transparência.

Cada metro quadrado construído carrega a nossa história — baseada na ética, no compromisso assumido e na satisfação dos nossos clientes.

 **Excelência não é diferencial.
É compromisso em cada projeto.”**

VAMOS CONVERSAR?



Aponte a câmera e conheça nossos serviços.

Foto: Renato Alves | CEO ADAPT Engenharia

Alameda São Boaventura, 57 - Fonseca, Niterói - RJ.

 (21) 99719-6498 | (21) 3492-4092

  **adaptserv**  **www.adaptserv.com.br**